

Diap, 07/05/14

Acordos salariais superam inflação no 1º tri, segundo Dieese

A inflação menor, especialmente de alimentos, no início deste ano em comparação ao começo do ano passado, facilitou a negociação de acordos salariais com aumento real. De janeiro a março, 96,5% de 140 convenções coletivas registradas no Ministério do Trabalho garantiram reajuste real aos salários, descontado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), indicador de inflação mais usado nas negociações salariais.

Do total, 33% negociaram aumentos reais superiores a 2%, enquanto outros 42,5% concederam percentuais entre 1% e 2% e 21% pagaram até 1% acima da inflação dos 12 meses anteriores. No início do ano, destacam-se categorias pouco representativas do ponto de vista sindical e muito concentradas em serviços e comércio - 54% do total. Em levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), relativo ao primeiro semestre do ano passado, 84,5% das categorias tiveram ganho real.

Houve concentração de reajustes entre 7% e 8%, o que significa entre 1,5% e 2,5% de ganho real, pois a inflação em 12 meses medida pelo INPC foi de 5,26% em janeiro deste ano, percentual 1,3 ponto inferior aos 6,53% de inflação registrada pelo mesmo indicador em janeiro de 2013. Assim, um mesmo reajuste de 7% pago neste início de ano significou ganho de 1,6 ponto percentual real, enquanto no começo do ano passado ele representou 0,3% além da inflação.

Mercado aquecido

Além da inflação menor do primeiro trimestre (em relação à de 2013), o mercado de trabalho ainda aquecido, com situação de pleno emprego em várias cidades, tem ajudado nas negociações, embora elas não possam ser consideradas "fáceis", dizem economistas que acompanham os acordos.

O coordenador do escritório regional do Dieese do Rio, Carlos Jardel Leal, diz que sempre que a inflação é mais alta, é mais difícil negociar um aumento real mais expressivo. No levantamento feito pelo Valor, constam seis acordos feitos no Rio, mas nenhum deles é acompanhado pelo escritório do Dieese. Eles contemplam categorias menores, de sindicatos pouco representativos. Uma das características dos acordos - presentes em quatro das seis negociações fluminenses - foi o escalonamento dos reajustes salariais, além da diferença entre o piso das categorias e os demais trabalhadores.

Nos metalúrgicos de São Gonçalo, por exemplo, com data-base em março, foi concedido reajuste de 8% para os trabalhadores com remuneração até R\$ 3,7 mil. Para os demais, o acordo garantiu o INPC. Aos trabalhadores em empresas de refeições coletivas do Rio, o acordo referente a janeiro pagou 8% de aumento para salários até R\$ 5.250. Para ganhos superiores, foi pago valor fixo de R\$ 420.

Balanço do Dieese

No total dos 140 acordos, 23 (ou 16%) trouxeram uma cláusula de escalonamento de reajuste, com percentuais maiores para os menores salários. Os balanços feitos pelo Dieese - mais representativos que o levantamento do Valor por contemplarem o mesmo conjunto de categorias todos os anos - mostram que a prática tem sido recorrente para cerca de 20% dos acordos. O coordenador do escritório do Dieese de Santa Catarina, José Álvaro Cardoso, explica que é bastante comum um aumento maior para o piso e um reajuste para os demais trabalhadores, mas aí sem reajustes em escala. O escalonamento fazia mais sentido quando a inflação era maior, diz o economista do Dieese catarinense.

Em Santa Catarina, o piso ajudou as negociações deste começo de ano, diz Cardoso. Enquanto o salário mínimo nacional teve aumento real de 1% este ano, os quatro pisos regionais foram corrigidos entre 9,15% e 9,37%, indicando percentuais bem mais expressivos (3,5% em média) acima da inflação. No Estado, conta Cardoso, o piso é acertado em uma negociação bipartite, entre representantes dos trabalhadores e dos empregadores. "O governador sanciona o que é definido nessa negociação, que vale para o setor privado", explica o representante do Dieese.

"O piso regional acaba sendo uma referência e ajuda na argumentação dos trabalhadores durante as demais negociações", pondera Cardoso. Entre categorias acompanhadas pelo Dieese, os metalúrgicos de Criciúma receberam reajuste de 10% em janeiro e os trabalhadores em cerâmica da mesma região, 8%. Reajuste menos expressivo (7%) foi pago aos metalúrgicos de Jaraguá do Sul, onde está instalada a fábrica da WEG.

Conquistas

No Ceará, com 11 acordos no levantamento junto ao Ministério do Trabalho, o coordenador do escritório regional do Dieese, Reginaldo de Aguiar Silva, diz que além dos reajustes, as categorias conseguiram conquistas em outras cláusulas, como cesta básica na construção civil, vale-

alimentação para comerciários de Fortaleza (e algumas cidades do interior) e plano de saúde para os rodoviários, além do adicional de 30% para os vigilantes, mas que representou a incorporação no acordo coletivo de uma lei aprovada no Congresso.

"Desde 2005, os comerciários do Ceará têm conseguido negociar aumento real de salário", conta Silva. Ele acredita que a inflação mais alta - esperada para os próximos meses - pode dificultar um pouco mais as negociações futuras. Além da inflação, a perspectiva de uma economia mais fraca, com a instabilidade das eleições e os efeitos (talvez de desaquecimento) provocados pela Copa do Mundo, pode atrapalhar as negociações dos próximos meses, diz Silva.

Neste começo de ano, diz Cardoso, do Dieese-SC, as primeiras negociações se mantiveram no mesmo ritmo de ganho real de 2013, embora isso não signifique que elas foram fáceis. Os trabalhadores em cerâmica de Criciúma, conta, conquistaram aumento real após uma greve. Ele também considera, como cenário provável, que aumente o receio dos empresários sobre o ritmo da economia. Por outro lado, pondera, estarão na mesa categorias mais fortes e a situação ainda é de pleno emprego e as grandes empresas querem reter os trabalhadores já qualificados.

Para Jardel Leal, do escritório fluminense do Dieese, a tendência continua sendo de conquista de aumento real nos acordos coletivos. "Os salários, durante muitos anos, perderam para a inflação. Mas a tendência tem sido e deve continuar assim [de ganhos reais], para a maioria", diz o economista. (Fonte: *Valor*)

Diap, 07/05/14

Câmara aprova urgência para projetos sobre salário mínimo

O plenário da Câmara aprovou, nesta terça-feira (6), o regime de urgência para os projetos de lei 7.469/14 e 7.185/14, que tratam dos critérios de reajuste do salário mínimo. O deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP) foi quem articulou com os demais líderes partidários o requerimento.

O primeiro deles, de autoria dos deputados Paulo Pereira da Silva (SD-SP), Fernando Francischini (SD-PR) e Antonio Imbassahy (PSDB-BA), fixa o mesmo critério de reajuste para os anos de 2016 a 2019.

O segundo projeto, do deputado Roberto Santiago (PSD-SP), torna permanente a atual política de reajuste, que é a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes mais a variação da inflação. O texto já foi inclusive aprovado pela Comissão de Trabalho e seria discutido pela de Finanças e Tributação.

Regra atual

A regra que atualmente rege a política do salário mínimo determina que o piso nacional é reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

Essa lei foi aprovada em 2011, 12.382, sancionada em 25 de fevereiro, e "dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo", vigendo até 2015.

Diap, 07/05/14

Comissão especial da Câmara aprova o PNE; texto vai ao plenário

A comissão especial que analisa o Plano Nacional de Educação (PNE) concluiu nesta terça-feira (6) a votação do projeto de lei. A expectativa é que o plano seja votado em plenário dentro de dez dias e siga para sanção presidencial neste mês.

O PNE estabelece metas para a serem cumpridas nos próximos dez anos. Entre as diretrizes, estão a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar. O plano destina 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação – atualmente são investidos 5,3% do PIB.

Nesta terça-feira (6), os deputados votaram os últimos destaques. Uma das alterações feitas no relatório do deputado Angelo Vanhoni (PT-PR) foi a inclusão da estratégia aprovada pelo Senado Federal, que estabelece políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A ideia é valorizar o mérito dos professores, da direção da escola e da comunidade escolar.

Esse ponto foi criticado por entidades e profissionais que atuam no setor, que definem a estratégia como "nada promissora diante de um método de avaliação ainda limitado", como destaca carta aberta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O plano tramita no Congresso Nacional há três anos, e ao longo desse tempo foram sugeridas mais de 3 mil emendas. Um dos pontos polêmicos é o financiamento. Na forma como o plano deixa a comissão, os 10% do PIB incluirão as isenções fiscais e financiamentos ao setor privado, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Outro ponto que gerou debate é a questão de gênero e orientação sexual, suprimida do texto por meio de destaque. O relatório aprovava a "superação das desigualdades educacionais, com

ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual". A redação foi alterada para "a erradicação de todas as formas de discriminação" e assim segue para plenário.

De acordo com os deputados, tanto o financiamento quanto a questão de gênero devem ser retomados. "Vamos recorrer da meta de financiamento no plenário, pois somos contrários ao compartilhamento do financiamento público com o Fies e o Prouni", disse o deputado Paulo Rubem (PDT-PE).

Segundo ele, haverá esforço para colocar o PNE na pauta do plenário o quanto antes. "Corremos o risco de ter o plano sancionado em pleno debate eleitoral", disse. Ele acrescentou que "há uma contradição entre política de expansão dos gastos públicos [previsto no PNE] e o discurso de oposição, que é o oposto. Temos que garantir que a matéria vá logo a plenário e que possa haver debate qualificado". (Fonte: *Agência Brasil*)

Diap, 07/05/14

Comissão especial aprova MP que aumenta salário de servidores públicos

A comissão especial que analisou a MP 632/13 aprovou, nesta terça-feira (6), a extensão do aumento salarial de 15% concedido a várias categorias do funcionalismo federal em 2012 a empregados das agências reguladoras federais, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Hospital das Forças Armadas (HFA), além do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM).

Os novos beneficiados receberão aumento de 10,25% a partir de janeiro de 2014 e de 5% em janeiro de 2015.

O texto também prorroga até 16 de dezembro deste ano o prazo de funcionamento da Comissão Nacional da Verdade. Inicialmente, o grupo deveria apresentar o relatório final ainda neste mês de maio.

O texto aprovado é o projeto de lei de conversão do relator, senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), à MP. O texto deixou inalterada a proposta original, mas fez acréscimos. Os parlamentares também aprovaram duas emendas ao projeto. A grande maioria das mudanças diz respeito à organização do funcionalismo público federal. A proposta agora será votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Perito médico

Uma das emendas aprovadas concede às carreiras de perito médico previdenciário e supervisor médico pericial o direito à jornada de 30 horas semanais, sem redução do salário. Atualmente, pela Lei 11.907/09, somente os supervisores podem optar por esta carga de trabalho, mas, ainda assim, com remuneração reduzida.

A outra emenda retira da medida provisória o artigo que permite a concessão de auxílio moradia a servidor transferido para ocupar cargo em comissão ou função de confiança por tempo indeterminado. A Lei 8.112/90 limita o pagamento do benefício a um período de oito anos a cada 12.

Cargos para a Cultura

Dentre as alterações promovidas pelo relator, consta a incorporação ao texto do conteúdo do PL 6.655/13, do Executivo, que cria oito cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) para o Ministério da Cultura. Serão três DAS-4, quatro DAS-3 e um DAS-1.

O relator também estende a concessão de reajuste aos aposentados e pensionistas do DNIT e do DNPM. Esses grupos, segundo explica Rodrigues, "não foram alcançados pelo texto original porque o reajuste incidiu apenas sobre os pontos da gratificação de desempenho".

Mandato classista

O projeto de lei de conversão ainda aumenta o quantitativo de servidores que podem tirar licença do serviço público para desempenhar mandato classista. O número de licenças será definido de acordo com a quantidade de associados da entidade representativa, conforme escala abaixo:

- até 3 mil: um servidor;
- de 3 mil e um a 5 mil: dois servidores;
- de 5 mil e um a 15 mil: três servidores;
- de 15 mil e um a 30 mil: quatro servidores;
- de 30 mil e um a 50 mil: cinco servidores;
- acima de 50 mil: seis servidores.

Atualmente, a Lei 8.112/90 prevê que, para entidades com até 5 mil associados, pode ser licenciado um servidor. Entre 5 mil e um e 30 mil podem ser dispensados dois servidores, e para aquelas com mais de 30 mil representados os órgão públicos têm de liberar três funcionários para mandato classista.

Outras mudanças

No projeto, Rodrigues acaba com a necessidade de aprovação pelo Senado dos nomes indicados para a direção do DNIT. O relator argumenta que a exigência não se justifica por tratar-se de órgão executor, submetido diretamente à supervisão ministerial. "Os diretores do Dnit não têm mandato", acrescenta.

Foi incluída ainda no projeto a regulamentação da carreira de condutor de ambulância. Pelo texto, esses profissionais necessitarão de treinamento especializado e terão de realizar curso de reciclagem a cada cinco anos.

Antonio Rodrigues extingue o tempo limite para apresentação de dados sobre compensação financeira entre os regimes de previdência próprios da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e o regime geral. Pela Lei 9.796/99, o limite seria maio de 2013. "Esse prazo foi muito exíguo, especialmente para os pequenos municípios", defende o relator.

O projeto de lei de conversão também permite a recondução dos representantes do governo no Conselho Nacional de Previdência Complementar e na Câmara de Recursos de Previdência Complementar. Para Rodrigues, "a limitação à recondução se justifica apenas para representantes da sociedade civil, para que haja rotatividade".

O texto ainda transforma em diferença individual as vantagens pessoais nominalmente identificadas dos servidores do quadro do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). (Fonte: Agência Câmara)

Portal da CUT

Semana de eleições sindicais em quatro grandes bases dos petroleiros

06/05/2014

FUP destaca que momento é de avaliar compromissos e a atuação sindical dos que pleiteiam liderar as lutas e escolher os candidatos que de fato defendem os interesses da categoria

Escrito por: FUP

Esta semana os petroleiros vão às urnas em importantes bases de representação dos trabalhadores do Sistema Petrobrás e do setor privado. É o momento de avaliar os compromissos e a atuação sindical dos que pleiteiam liderar as lutas da categoria e escolher os candidatos que de fato defendem os interesses dos petroleiros, seja nos fóruns de negociação, nos embates com os patrões ou nas intervenções políticas.

Em Minas Gerais, a eleição começou segunda-feira, 5, e prossegue até sexta, 9. A FUP, a CUT e a CTB apoiam a Chapa 1, formada por integrantes da atual diretoria.

No Paraná/Santa Catarina, o voto dos petroleiros é para ratificar a chapa única, cuja eleição foi iniciada dia 05 e prossegue até sexta-feira, 9.

No Rio de Janeiro, a eleição para a nova diretoria do Sindipetro-RJ também começou na segunda-feira, 5, e prossegue até quinta, 8. A FUP e seus sindicatos apoiam a Chapa 2, formada pela oposição, que luta pela reconstrução da unidade nacional.

No Norte Fluminense, a eleição para a próxima diretoria do Sindipetro-NF começou sábado, 3 de maio, e será concluída no dia 23. A FUP, a CUT e a CTB apoiam a Chapa 1, que é encabeçada pelo companheiro José Maria Rangel, atuante liderança sindical da categoria, que é referência nacional nas lutas por condições seguras de trabalho no setor petróleo.

No último dia 3, foi concluído o processo eleitoral no Sindipetro-ES, onde duas chapas do campo da FUP e da CUT disputaram a diretoria do sindicato, voto a voto. Venceu a Chapa 1, que elegeu o petroleiro Paulo Rony, o novo coordenador do Sindipetro.

Em abril, os petroleiros do Rio Grande do Sul também foram às urnas e elegeram a chapa fupista, reconhecendo a importância da unidade nas conquistas da categoria.

Em março, o Sindipetro-BA foi outro sindicato fupista que passou por um importante processo eleitoral, onde mais de 60% dos votos foram para a chapa apoiada pela FUP, CUT e CTB.

O fortalecimento da unidade é o caminho que está sendo apontado pelos trabalhadores nas urnas para avançar nas lutas e conquistas.

A FUP deseja a todos os sindicatos que as eleições transcorram com tranquilidade, de forma democrática e com atuante participação da categoria.

Portal da CUT

Metalúrgicos do ABC voltarão às urnas nos dias 7 e 8 de maio para o 2º turno

06/05/2014

Votação definirá o presidente, o Conselho da Executiva da Direção e o Conselho Fiscal do Sindicato

Escrito por: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Os metalúrgicos do ABC voltarão às urnas nos próximos dias 7 e 8 de maio para votarem no presidente, no Conselho da Executiva da Direção e no Conselho Fiscal do Sindicato, no segundo turno das eleições.

A Comissão Eleitoral registrou uma única chapa inscrita, encabeçada pelo atual presidente, Rafael Marques.

"É importante que os companheiros repitam e ampliem a participação que tiveram no primeiro turno, quando elegeram os representantes na fábrica", destacou o diretor Administrativo do Sindicato, Teonílio Monteiro da Costa, o Barba.

Para ele, o voto da companheirada é um referendo para as ações da Direção do Sindicato. "Esse apoio é fundamental para garantir nossas conquistas e fortalecer nossas posições nas negociações", destacou o dirigente.

Eixos

Segundo o diretor, os integrantes da Chapa 1 definiram quatro eixos para nortear o novo mandato da direção. "Nossa atuação nestes próximos três anos será baseada em Trabalho, Cidadania, Educação e Comunicação", explicou.

"Esses quatro temas contemplam a expectativa de nos tornar cada vez mais o Sindicato sem fronteiras", concluiu Barba.

Companheiros na Ford também elegerão os integrantes do SUR

Em Convenção realizada na última quinta, 24, cerca de mil trabalhadores na Ford, em São Bernardo, lotaram o auditório da Sede e aprovaram os integrantes que concorrerão ao Sistema Único de Representação, o SUR.

Sapinho, Bakalhau, Titica, Macedo, Alemão, Claudião, Tubarão, Leonardo, Máskara, André, Marquinho, Sandrinho, Soró, Silvano e João Cayres são os candidatos ao SUR.

"Pela primeira vez, teremos uma eleição simultânea, para a direção do Sindicato e para o SUR", explicou o coordenador da Representação, Alexandre Colombo.

Segundo o dirigente, os companheiros na montadora deverão votar duas vezes e devem estar atentos a isso.

Unidade

Os 15 membros do SUR tiveram aprovação unânime, durante a Convenção.

"Essa participação é a prova da consciência dos metalúrgicos da base e da unidade para que os dirigentes possam enfrentar qualquer situação. Estão todos de parabéns", destacou José Quixabeira de Anchieta, o Paraíba, atual coordenador do Sistema Único de Representação.

Saiba quem é Rafael Marques, presidente dos Metalúrgicos do ABC

O paulistano Rafael Marques entrou na Ford de São Bernardo em dezembro de 1986, onde trabalha até hoje. Com 49 anos, é casado, tem um filho e dois enteados. Gosta de passar as folgas com a família. "Sou um cara caseiro", revela.

"É legal ter um lazer com os amigos, conviver com os companheiros do Sindicato, mas com o tempo ficando cada vez mais escasso, priorizo minhas horas vagas para ficar em casa, que é meu porto seguro", prossegue.

Quando dá, o lazer preferido é a música. "O primeiro disco que comprei foi Dark Side of the Moon, do Pink Floyd", conta. Também gosta de futebol – é corintiano.

No momento, está lendo Os Irmãos Karamazov, do escritor russo Fiódor Dostoiévski.

Não baixar a guarda

No campo sindical, uma das maiores preocupações de Rafael no momento são os avanços na discussão sobre política industrial, tema que a imprensa "com foco mais financista" olha a contragosto.

"O combate à inflação é muito importante, mas não massacrando o emprego, tirando direitos e reduzindo renda das pessoas... Esse debate está vencido. Mas não podemos baixar a guarda, senão essa tese volta", alerta.

Portal da CUT

7 de maio: Dia de Mobilização Nacional da CUT

30/04/2014

Central realizará ações em todo o Brasil em defesa do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político

Escrito por: CUT Nacional

A Central Única dos Trabalhadores definiu como prioridade da agenda de lutas a realização do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. É um processo que tem que ser construído coletivamente, para que possamos conquistar essa nossa reivindicação com ampla mobilização e pressão popular.

Diante disto, a Central convoca toda a militância CUTista para um *Dia Nacional de Mobilização*, no próximo 7 de maio.

Orientamos nossas Estaduais e Ramos que organizem atos nas capitais do País, em conjunto com os movimentos sociais, para darmos grande visibilidade a essa pauta unitária, em um momento decisivo de nossa história política.

Orientamos que nossas entidades divulguem amplamente a Campanha pelo Plebiscito junto às nossas bases, tanto pela imprensa sindical como em seus eventos políticos.

As informações dos Comitês nos Estados encontram-se disponíveis na internet pelo site www.plebiscitoconstituente.org.br e www.facebook.com/plebiscitoconstituente

Haverá uma mobilização específica em Brasília. Solicitamos às Estaduais e Ramos que puderem enviar dirigentes e delegações que nos informem pelo email cut@cut.org.br.

Contamos com a mobilização e participação de todos/as.

Saudações CUTistas!

Sérgio Nobre

Secretário-Geral Nacional da CUT

Portal da CUT

Frente nacional de luta reforça bandeira histórica da redução da jornada de trabalho

06/05/2014

Entidades civis e Ministério Público do Trabalho se juntam à CUT e outras centrais sindicais no movimento pró 40 horas semanais

Escrito por: Henri Chevalier - CUT Nacional

A CUT, outras centrais sindicais e entidades vinculadas ao Estado e à sociedade civil estão construindo uma frente nacional de luta pela redução da jornada de trabalho das atuais 44h para 40h semanais. Em reunião no Ministério Público do Trabalho de São Paulo, na manhã desta segunda (5), as organizações destacaram a necessidade da retomada da pauta, que é fundamental para a CUT.

Para Maria das Graças Costa, secretária nacional de Relações do Trabalho da CUT, o tema é importante tanto para a vida econômica do País - com a criação de empregos e aumento do poder de compra - quanto para os trabalhadores, que terão mais tempo para relacionamentos pessoais e educacionais, além de melhores condições de saúde.

"Hoje, nós temos carga exaustiva de trabalho, que acarretam tanto o aumento de doenças quanto de acidentes de trabalho. A redução da jornada é fundamental para que quem não tenha emprego passe a ter, e que quem tenha emprego tenha boa qualidade de vida e saúde no trabalho", afirma a dirigente.

"Assim como foi importante a união das centrais sindicais e demais entidades na luta contra o PL 4.330, da terceirização, é essencial a união da sociedade em torno da redução da jornada de trabalho. É um tema que afeta toda a população. A categoria dos comerciários, apenas como exemplo, chega a cumprir 56 horas semanais de trabalho, com graves consequências de saúde e precarização do trabalho", afirma Valeir Ertle, secretário-adjunto de Organização da CUT. À histórica pauta das centrais se somam agora entidades como a ANAMATRA, OIT, Ministério Público do Trabalho e o Dieese, que oferece assessoria sobre o assunto.

Redução da jornada é compatível com produtividade brasileira

Para o Coordenador de atendimento técnico sindical do Dieese, Airton Santos, o discurso das entidades patronais de que a redução da jornada afetaria a produtividade brasileira - e, assim, prejudicaria a economia - não se sustenta. Há outros temas de impacto. "A produtividade e a competitividade dependem de outros fatores. Olhemos para a estrutura tributária, para as taxas de juros, educação e formação de mão de obra e estrutura logística. Há várias outras discussões a serem feitas antes de dizer que a redução da jornada causa baixa produtividade", afirma Santos.

Para ele, a demanda de redução da jornada em 9% é compatível com o aumento de produtividade geral da indústria, por exemplo, que cresceu 23,18% entre 2004 e 2013, segundo dados do Dieese apresentados na reunião. Em uma conta aritmética, o técnico afirmou também que haveria a criação de cerca de 2 milhões de postos de trabalho caso a redução seja aprovada.

Há outro debate paralelo a ser enfrentado: a regulamentação das horas extras. "Se reduzirmos a jornada de trabalho, precisamos regulamentar horas extras. Se não, ao invés de contratar novos trabalhadores, os setores patronais aumentariam o número de horas extras", afirma Santos, que lembra que a produtividade diminui ao longo do dia de trabalho. Mesmo para os patrões, a hora extra seria desvantagem, pois custaria mais ao empregador, rendendo menos.

Saúde do trabalhador

Para a médica Maria Maeno, do Fundacentro, a redução da jornada de trabalho tem impacto imediato na saúde do trabalhador e nas contas públicas. "Dos anos 50 para cá, vemos a presença de maior adoecimento, principalmente muscular e esquelético, graças à repetição de movimentos na rotina de trabalho. Também o excesso de exposição a produtos químicos é causa comum de

doenças. O resultado é um problema de saúde que traz grande impacto financeiro para os Estados". Maria se refere ao sistema público de saúde e à previdência. Para ela, é preciso lembrar também que o alcoolismo é a principal forma de adoecimento e considerar o impacto das metas individuais e coletivas na saúde do trabalhador.

"Por exemplo: metas individuais aumentam a competição, acarretando adoecimento psíquico e físico. Metas coletivas não são tão melhores quanto parece: há excesso de trabalho e submissão aos colegas. Nesse contexto, a redução da jornada é fundamental, aliada a outras pautas.", destaca.

Retorno às discussões

Nesta terça-feira (6), das 14h às 16h, ocorrerá em Brasília a audiência da Comissão Geral do Trabalho da Câmara dos Deputados, com debate sobre as reivindicações trabalhistas das centrais sindicais. O presidente da CUT, Vagner Freitas, e a secretária nacional de Relações do Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa, estarão presentes. A pauta da redução da jornada de trabalho de 44h para 40h é considerada central.

Haverá, no início de junho, em Brasília, o lançamento de um manifesto pró-40h.

Portal da CUT

Servidores públicos municipais de Belo Horizonte entram em greve por tempo indeterminado nesta terça (6)

06/05/2014

Prefeitura da capital de Minas Gerais mantém contraproposta já rejeitada e categorias aprovam paralisação em assembleia

Escrito por: Rogério Hilário – CUT/MG

Servidores e servidoras públicos municipais de Belo Horizonte entraram em greve por tempo indeterminado nesta terça-feira (6). A decisão foi aprovada em assembleia geral realizada pela manhã na Praça da Estação, Região Central da capital mineira. De acordo com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte (Sindibel), em reunião realizada segunda-feira (5), a prefeitura manteve a proposta de 5,76% de reajuste nos salários a partir de outubro. Ofereceu também aumento de R\$ 1 no vale-alimentação, o que é considerado insuficiente pelos servidores. As categorias, que fazem campanha salarial unificada, pediam 15% de aumento e R\$ 28 de vale-refeição, entre outras reivindicações específicas.

Trabalhadores, trabalhadoras e entidades sindicais defendem que a proposta é totalmente insatisfatória porque não repõe valores acima da inflação.

Outro ponto levantado pelo Sindibel é a disparidade de salários na prefeitura. Atualmente, dos mais de 45 mil servidores, 36% (cerca de 15 mil) ganham entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil. Enquanto isso, pouco mais de 600 trabalhadores (cerca de 1% do total) possuem remuneração superior a R\$ 20 mil por mês.

Aderiram à paralisação por tempo indeterminado os profissionais da saúde, educação, administrações regionais, fiscalização, limpeza urbana, entre outros grupos. Os trabalhadores terceirizados da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) aderiram à paralisação nesta terça-feira (6) e se juntaram às demais categorias. Na noite de segunda-feira (5), pouco mais de duas semanas após a categoria reivindicar reajuste salarial, os garis suspenderam o serviço.

Cerca de 3 mil servidores e servidoras deixaram a Praça da Estação, por volta das 11 horas, com carro de som, faixas e bandeiras e saíram em passeata pelas ruas do Centro de Belo Horizonte, passaram pela Praça Sete. Eles se uniram aos servidores estaduais da saúde na esquina da avenida Afonso Pena com a rua da Bahia e todos participaram de ato público em frente à prefeitura. A manifestação interrompeu o trânsito, durante 40 minutos, em uma das pistas da avenida Afonso Pena.

A secretária de Políticas Sociais da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT/MG), Lourdes Aparecida de Jesus Vasconcelos, parabenizou servidores e servidoras pela disposição de lutar por seus direitos e mais conquistas e reiterou o apoio da Central ao movimento. "Vocês estão de parabéns pela organização do movimento e pela disposição de enfrentar este prefeito, que segue em Belo Horizonte o exemplo do governo de Minas Gerais, que desrespeita trabalhadores e trabalhadoras. Servidores e servidoras podem contar com a CUT, que disponibiliza toda sua infraestrutura e o apoio político de toda sua base a esta luta por um tratamento justo, melhores salários e condições de trabalho."

A próxima assembleia dos servidores está agendada para o dia 14 de maio. Eles esperam obter uma nova proposta da prefeitura, que será debatida em uma mesa de negociação sindical, marcada para a próxima segunda-feira (12).

Portal da CUT

Portaria do MTE estipula que acidente fatal deve ser comunicado em até 24hs

06/05/2014

Portaria nº 589, do Ministério do Trabalho, determina curto prazo para encaminhamento das informações de acidentes fatais e doença ocupacional que resulte em morte

Escrito por: MTE

O Ministério do Trabalho e Emprego publicou no Diário Oficial da União da última quarta-feira (30) a Portaria Nº 589, estabelecendo que todo acidente de trabalho e a doença ocupacional que resulte em morte deve ser comunicado num prazo de 24 horas às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) mais próximas e ao Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho. A portaria entrou em vigor na data de publicação.

A portaria não suprime a obrigação do empregador de notificar todos os tipos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, fatais ou não, ao Ministério da Previdência Social por meio da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). O documento deve conter informações como: situação geradora do acidente; nome do acidentado; número da CAT; data do óbito; empregador; endereço da empresa.

Para o diretor do DSST, Rinaldo Marinho, "a Portaria Nº 589 vai aumentar a qualidade das análises de acidentes de trabalho fatais, pois os Auditores Fiscais poderão iniciar mais rápido a coleta de informações sobre o acidente".

O diretor também ressaltou que os dados obtidos por meio das comunicações vão ser utilizados no planejamento das ações fiscais de segurança e saúde no trabalho. O Ministério do Trabalho e Emprego vai apresentar periodicamente ao Comitê Executivo responsável pela gestão da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho uma relação de agravos que caracterizam doenças relacionadas ao trabalho, para publicação no dia 28 de abril do ano seguinte.

Portal da CUT

Depressão e dorsopatia são os principais motivos de afastamento dos trabalhadores da saúde

06/05/2014

Pesquisa apresenta dados sobre doenças de trabalho dos profissionais da área da saúde em Santa Catarina

Escrito por: Camila Rodrigues da Silva - Assessora de Comunicação Fetessesc

A pesquisa "Perfil de Agravos à Saúde em Trabalhadores de Santa Catarina" aponta que as principais causas de afastamentos dos trabalhadores do setor de atividades de atendimento hospitalar são episódios depressivos e lesões do ombro, com uma prevalência com cerca de 10% e 9%, respectivamente. Essas enfermidades estariam relacionadas à organização do trabalho, sobrecarga mental, deslocamento inadequado de pacientes, posturas inadequadas e longas jornadas de trabalho.

Segundo o estudo, ocorrem 1.300 afastamentos por ano neste setor, em média.

Considerando que a categoria é formada por 28.000 trabalhadores e que neste período cerca de 9.429 benefícios previdenciários foram concedidos, pode-se estimar que 33% dos trabalhadores deste setor se afastaram do trabalho em algum momento neste período.

O número de benefícios concedidos é distribuído de forma bastante concentrada, com 88% dos benefícios concedidos a mulheres. A idade média dos beneficiários é de aproximadamente 42 anos, e o período médio de afastamento é de 154 dias.

De acordo com definição da pesquisa, esse setor compreende trabalhadores de hospitais gerais e especializados, hospitais universitários, maternidades, hospitais psiquiátricos, centros de medicina preventiva e outras instituições de saúde com internação, incluindo-se hospitais militares, hospitais de centros penitenciários, unidades mistas de saúde, navio-hospital e centros de partos. Incluem também: serviços de laboratório, radiológicos e anestesiológicos, serviços de centros cirúrgicos, serviços farmacêuticos, de alimentação e outros serviços prestados em hospitais.

O estudo levantou dados entre 2005 e 2011 e foi conduzido pelo Instituto Fator Humano, em parceria com pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade do Vale do Itajaí, com o apoio do Ministério Público do Trabalho, da Federação no Comércio do Estado de Santa Catarina (FECESC), da Federação dos Trabalhadores na Indústria no Estado de Santa Catarina (Fetiesc), do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Criciúma e região – Sintiarco e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos – Dieese.

Portal da CTB, 06/05/14

Metalúrgicos organizam 1º Congresso da Fitmetal

Há quase quatro anos (1º de junho de 2010) nascia a Fitmetal Brasil, federação de metalúrgicos de abrangência nacional. A fundação se deu em função das necessidades objetivas e subjetivas de parcela bem representativa de operários conscientes de oito estados do Brasil onde

dirigimos sindicatos bastante expressivos que representam setores chaves da economia nacional como o automotivo, naval, siderúrgico, eletroeletrônico e máquinas (bens de capital).

A necessidade de uma referência nacional para organizar a nossa luta dos metalúrgicos começou em 2007 com um grupo de lideranças de diversos estados que queriam fundar uma entidade classista, plural, politizada, democrática e de luta. Hoje contamos com uma base de aproximadamente 400 mil metalúrgicos e metalúrgicas.

O trajeto percorrido pela Fitmetal nestes anos é vitorioso e está inserido nas lutas políticas (eleição de Dilma em 2010), eleições sindicais – não perdemos nenhum sindicato e avançamos com o trabalho de oposições. A maioria dos sindicatos da entidade estão filiados à CTB, mas participam também os metalúrgicos da CSB – tendo como principal dirigente o companheiro José Avelino Pereira, conhecido como Chinelo.

Todos são filiados à UIS Metal, que por sua vez representa o braço da Federação Sindical Mundial para o ramo metalúrgico. Há que se destacar o fato de a Fitmetal ter hoje na FSM o principal dirigente da UIS Metal, o secretário geral, que é o companheiro baiano Francisco Souza e Silva.

Lembramos que o 1º Congresso, que ocorrerá nos dias 30 e 31 de maio em São Paulo, discutirá política conjuntural, situação internacional, nossas lutas e irá renovar a diretoria para comandar a entidade nos próximos anos. Pedimos o empenho de todos(as) para a mobilização deste magno acontecimento. À luta companheirada!!!

Marcelino Rocha – Presidente da Fitmetal

Portal da CSB

CSB apoia Tribunal Superior do Trabalho no desconto da contribuição assistencial

Central apoia o posicionamento do ministro Antonio Levenhagen, que pretende garantir que a contribuição seja descontada de todos os trabalhadores

No último dia 30, o presidente da CSB, Antonio Neto, encaminhou ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antonio Levenhagen, um documento em apoio ao posicionamento do ministro que defende que os sindicatos têm o direito de cobrar a contribuição assistencial, mesmo que ele não seja filiado, para arcar com as despesas da entidade de classe. O ministro é a favor de que a contribuição assistencial volte a ser descontada uma vez por ano de todos os trabalhadores, independentemente da filiação sindical.

Assim como a contribuição sindical – descontado na folha de pagamento de março e equivalente à remuneração de um dia de trabalho -, a contribuição assistencial também está prevista na Constituição e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas não há definição legal sobre o valor e a forma como ela é descontada do salário do trabalhador.

De acordo com Antonio Neto, o não recolhimento da contribuição assistencial dos não associados causa prejuízos à representatividade sindical, pois várias entidades tiveram que reduzir seu quadro funcional e as atividades. “Isso leva o sindicato a perder sua capacidade de defesa do trabalhador. Alguns trabalhadores que não contribuem com o sindicato ridicularizam os associados muitas vezes, alegando que não pagam nada, e mesmo assim são beneficiados pelas conquistas sindicais”, avalia.

Segundo publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Levenhagen questiona o fato dos acordos trabalhistas valerem para todos, mas só os sindicalizados contribuírem, e o trabalhador que vai receber os mesmos benefícios, não. “Os sindicatos entram na negociação, conseguem vantagens para toda a categoria, mas só recebem a contribuição que serve para a manutenção da entidade daqueles que são sindicalizados. Os sindicatos não deixam de ter razão, e isso acaba desmotivando na hora das negociações”, declarou o ministro.

O normativo anterior do TST permitia que a contribuição assistencial fosse descontada de todos os trabalhadores, com exceção daqueles que redigiam um termo pedindo para não pagar. Para Levenhagen, o órgão da cúpula da Justiça do Trabalho deve retomar a discussão para, provavelmente, voltar à orientação que vigorava antes.

Portal Mundo Sindical

Greve dos vigilantes no interior do Rio completa uma semana

A greve dos vigilantes do interior do estado do Rio de Janeiro completa uma semana nesta segunda-feira (5). Cerca de 450 vigilantes estão de braços cruzados em 14 municípios da Região dos Lagos, Norte e Noroeste Fluminense e, segundo informações do sindicato da categoria - ainda não confirmadas ainda pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) - , cerca de 100 agências estão com funcionamento parcial – apenas expediente interno e autoatendimento. Segundo o Sindicato dos Vigilantes, 40% do efetivo está trabalhando para garantir a legitimidade da greve.

"A paralisação vai continuar até que as exigências sejam atendidas ou que seja apresentada uma proposta decente", afirmou o presidente do Sindicato dos Vigilantes (Sindivig) de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, Luiz Rocha.

Segundo o sindicato, as empresas que contratam os vigilantes não estariam pagando devidamente os benefícios sobre periculosidade e risco de vida, um dos pontos mais polêmicos das negociações. Os profissionais pedem plano de saúde, redução na carga horária de trabalho para 44 horas, reajuste de 10% do ganho real e ticket de alimentação no valor de R\$ 20.

Até as 16 horas desta segunda-feira, as negociações com o Sindicato de Empresas de Segurança Privada (Sindesp) não avançaram e paralisação dos vigilantes segue sem data para terminar.

Fonte: G1 - 06/05/2014

Portal Mundo Sindical

Parados 4800 operários terceirizados da Refinaria Presidente Bernardes em Cubatão

Vinte e um dias após o encerramento de uma greve de 11 dias, entre 3 e 14 de abril, os 4.800 empregados da empreiteira Tomé paralisaram de novo as atividades, na manhã desta segunda-feira (5), em Cubatão.

A empresa, junto com algumas subempreiteiras, presta serviços à Refinaria Presidente Bernardes (RBPC), da Petrobras, onde ocorreu a paralisação do mês anterior.

O principal motivo, agora, é o não pagamento de ajuda de custo para aluguel de alojamentos, onde dormem e descansam 60% desses trabalhadores.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial (Sintracomos), Macaé Marcos Braz de Oliveira, explica melhor o problema.

Segundo ele, a maioria dos operários vem de outras cidades, estados e regiões do país, atraídos pela oportunidade de trabalho no polo industrial da Baixada Santista, principalmente na refinaria.

Aqui chegando, eles são induzidos a assinar documentos dizendo que residem em Cubatão e são instalados em habitações coletivas no município e em outros da redondeza, como Guarujá e Praia Grande.

Os custos com a hospedagem e alimentação fora do horário de trabalho são, dessa forma, assumidos pelos trabalhadores, que reivindicam então a ajuda de custo.

"Há anos essa história se repete", explica o sindicalista. "Os companheiros assinam os papéis ludibriosos porque precisam trabalhar. A verdade é que as empresas e seus prepostos agem de má-fé".

Outro problema motivador da greve é o chamado desvio de função, que consiste na obrigatoriedade do trabalhador exercer tarefas para as quais não foi contratado, sem receber por elas.

Problemas com a folga de campo, que consiste numa espécie de licença remunerada para o trabalhador visitar eventualmente a família, nas cidades de origem, também colaboraram para a deflagração da greve.

Data-base

A greve foi proposta e aprovada pelos próprios trabalhadores, mas acatada imediatamente pela direção sindical, em assembleia, às 7 horas, na portaria da RPBC, para análise de contraproposta de campanha salarial.

Com data-base em maio, os operários recusaram a correção salarial com base no INPC do período, de 5,62%, mais aumento real correspondente a 30% desse índice, ou seja, 1,68%.

A mesma contraproposta será analisada pelos demais trabalhadores do polo industrial, em assembleia marcada para as 18h30 de hoje, segunda-feira (5), na subsede do sindicato em Cubatão.

Às 7 horas desta terça-feira (6), na portaria da RPBC, haverá assembleia dos grevistas para definir sobre a continuidade ou não da paralisação.

Reivindicações

A campanha salarial envolve cerca de 10 mil operários, mas o problema dos alojamentos atinge principalmente os terceirizados da RPBC. A maioria dos outros reside na região.

As reivindicações foram aprovadas na assembleia de 7 de março e entregues às empresas no dia 27 daquele mês. A principal delas é o aumento real de 10% acima da reposição pelo INPC do mês.

Fonte: Assessoria de Imprensa do Sintracomos - 06/05/2014

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos de Campos de Goytacazes conquistam aumento real

Após luta travada pelos trabalhadores através de paralisação e manifestação; trabalhadores metalúrgicos de Campos conquistam vitória.

Em audiência de mediação no ultimo dia 29 de abril no Ministério Público do Trabalho, o Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de Campos dos Goytacazes obteve grande Vitória, conquistando aumento real, participação nos lucros e resultados nas empresas e aumento no valor do bônus de alimentação para os trabalhadores da categoria profissional.

As conquistas foram as seguintes:

8% de aumento sobre os salários que estão acima do piso da categoria, isto é, 2.41% de aumento real sobre a inflação do mês de março medida em 5.59% IPCA (data base).

O piso dos profissionais não pode ser inferior a R\$ 1000,89, antes o patronal utilizava o piso da categoria inserida na convenção coletiva de trabalhos de R\$ 802,53 como se fosse piso profissional, portanto, aumento de R\$ 802,53 para 1000,89 foi uma conquista de 24,71% de aumento, sendo 19,12% de aumento real no piso profissional, sobre a inflação do mês de março medida em 5.59% IPCA (data base).

Para os trabalhadores que desempenham a função de ajudantes, serventes, auxiliar de produção o piso passa a ser de R\$ 906,98 o praticado era de 802,53, pois não existia diferença entre o piso do profissional para o piso do ajudante, portanto, o piso do ajudante teve aumento de 13.01% sendo aumento real de 7.42% sobre a inflação do mês de março medida em 5.59% IPCA (data base).

R\$ 50,00 de bônus de alimentação, aumento de 66,66% sobre o que era praticado no valor de R\$ 30,00.

Duas (02) parcelas fixas de R\$ 180,00 sendo a primeira no primeiro semestre do ano corrente e a segunda no segundo semestre do mesmo ano, referente à participação nos lucros e resultados nas empresas, totalizando R\$ 360,00 no ano.

João Cunha

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Campos, São João da Barra e Quissamã. Delegado da Federação dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro. Secretário da Região Norte Noroeste do Estado do Rio de Janeiro da Central Força Sindical.

Fonte: Assessoria de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de Campos de Goytacazes - 06/05/2014

Portal da CUT

Trabalhadores rurais ocupam sede da Secretaria da Fazenda de Goiás

06/05/2014

MST e Fetraf cobram lei prometida pelo governo estadual ainda no ano passado e que injetaria recursos na agricultura familiar goiana

Escrito por: Maisa Lima - Assessora de Comunicação da CUT-GO

Cerca de 2 mil pessoas ligadas à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam nesta terça-feira (6) a sede da Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), localizada no Setor Nova Vila, em Goiânia. Conforme o coordenador do MST em Goiás, Valdir Misnerovicz, o objetivo da ação é cobrar o compromisso firmado pelo governo estadual de destinar 0,5% da arrecadação para a agricultura familiar.

"A reivindicação inicial era de 3% da arrecadação estadual, mas em outubro do ano passado o governador Marconi Perillo argumentou que poderia garantir somente 0,5%. Uma equipe de trabalho composta por representantes dos trabalhadores, da Sefaz e da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seagro) preparou o documento, mas agora disseram que este ano a lei não será aprovada", explicou Valdir

O coordenador do MST infoma ainda que esses 0,5% corresponderiam a algo em torno de R\$ 100 milhões por ano.

Secretário de Políticas Sociais da Central Única dos Trabalhadores no Estado de Goiás e coordenador da Fetraf-GO, Antônio Pereira Chagas, o Tonho acrescenta que o governo estadual precisa dar mais atenção à agricultura familiar. "Hoje, as políticas públicas vêm todas do governo federal. Esse dinheiro iria ajudar muito no incremento da produção de alimentos, no plantio, escoamento, armazenamento e assistência técnica. E iria estimular a economia goiana", pontua.

Portal da CUT

CUT fará campanha nacional contra o uso indiscriminado de agrotóxicos

06/05/2014

Brasil lidera ranking de maior consumidor de agrotóxicos; secretário de Meio Ambiente da CUT ressalta importância de uma nova matriz produtiva baseada na agroecologia

Escrito por: William Pedreira

O Seminário Nacional sobre o Uso Indiscriminado de Agrotóxicos e Modelo de Produção no Campo realizado pela CUT na semana passada, em Brasília, com a presença de secretários/as de Meio Ambiente dos Estados e Ramos e especialistas na área, possibilitou traçar um panorama sobre o impacto dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde da população.

O Brasil é hoje o maior consumidor do mundo e que mais emprega pesticidas em suas lavouras. De acordo com dados apresentados pelo professor Wanderlei Pignati, em 2008 o consumo foi de 674 milhões litros de agrotóxicos, o que corresponde a uma exposição de 3,9 litros/habitante. Já em 2010 o número saltou para 828 milhões, ou seja, 4,3 litros/habitante.

Os agrotóxicos podem ser absorvidos pela pele, por ingestão e por inalação e causam dois grandes efeitos à saúde humana: agravos agudos (exposição a uma quantidade elevada num curto período de tempo), como também crônicos (exposição diária a pequenas doses por um longo período de tempo).

O tema transversaliza sobre todo o conjunto da classe trabalhadora porque se relaciona com os trabalhadores químicos que são responsáveis pela produção e parte dos assalariados e dos agricultores familiares que utilizam estes produtos químicos e estão em contato direto, além de toda classe trabalhadora que consome diariamente produtos contaminados.

“Nós, da CUT, temos a compreensão de que o debate não perpassa apenas pelo conjunto dos sindicatos, mas de pensar e construir um projeto de sociedade. E tendo uma população consumindo uma quantidade cada vez maior de produtos contaminados mostra que temos que ter uma atuação mais firme”, assinalou Jasseir Fernandes, secretário nacional de Meio Ambiente da CUT.

Além dos graves problemas à saúde, a utilização desenfreada de agrotóxicos tem contaminado água, solo e ar, acabando com a biodiversidade e o equilíbrio natural. O uso destes produtos químicos é de acordo com dados dos IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a segunda maior causa de contaminação dos rios no Brasil, atrás somente do esgoto doméstico.

Frente a esta realidade, a CUT vai investir numa campanha nacional contra o uso indiscriminado dos agrotóxicos, tendo em vista a importância de uma nova matriz produtiva baseada na agroecologia com práticas sustentáveis que promovam o respeito ao meio ambiente e a produção de alimentos mais saudáveis. “Uma estratégia de ação a partir de uma nova proposta, um novo modelo de produção, que não seja o das multinacionais que explora trabalhadores e recursos naturais e está baseado somente no resultado dos lucros”, contestou.

Produto do capitalismo - Com a malfadada justificativa de resolver o problema da fome no mundo, os agrotóxicos chegaram aos países periféricos do capitalismo mundial a partir da década de 1970 com a chamada “Revolução Verde”. Houve uma transformação do modelo de produção agrícola, que passou a ser baseado na monocultura e altamente dependente de insumos químicos industriais.

“Ainda existem mais de um bilhão de pessoas passando fome em todo o mundo. Isso prova a estratégia das grandes indústrias químicas de continuar ganhando dinheiro à custa do conjunto da sociedade. Quando jogam veneno estão lucrando e grande parte dessas indústrias também são donas de laboratórios farmacêuticos, portanto obtém o lucro em todos os sentidos, mas quando existe um problema maior quem socorre é o sistema público de saúde ou a seguridade social. Precisamos ter uma avaliação do custo aos sofreres públicos em nome de uma produção mais barata que é colocada pelo uso de agrotóxicos”, analisou Jasseir.

O dirigente da CUT criticou a omissão do Estado. Banidos em outros países, alguns agrotóxicos continuam sendo empregados livremente no Brasil. São pelo menos 14 tipos de venenos proibidos no mundo. Recentemente, quatro foram banidos no Brasil, embora haja uma suspeita que ainda continuem sendo utilizados nas lavouras.

“Temos de fazer o enfrentamento em conjunto com os movimentos sociais que atuam neste segmento sobre o modelo que está sendo empregado no Brasil, detentor de terra e que produz muito menos que a agricultura familiar mesmo possuindo mais terras. Sabemos que o agronegócio tira proveito do poder político que possui sobre este Congresso Nacional atrasado”, afirmou Jasseir.

“Precisamos externar a sociedade a importância da agricultura familiar que é responsável pela segurança alimentar e a qualidade dos alimentos, sem contar que ainda exportamos para garantir alimentação de outros países. Fala-se que tem que apoiar o grande agronegócio porque gera divisas, imagina se a agricultura familiar não produzisse o que é consumido dentro do nosso País?”, indagou o dirigente da CUT. “Mais importante do que gerar divisas é garantir a segurança alimentar. Se a agricultura familiar com todas as dificuldades responde por quase 40% do total da produção agrícola cadê a competência desse grande agronegócio”, contestou.

Para Jasseir, o meio ambiente não é inimigo do desenvolvimento, já que um modelo sustentável pode trazer, inclusive, ganhos na geração de empregos e renda. “Os trabalhadores

continuarão vivendo no nosso País, mas o empresariado não tem pátria, estarão no local onde tenham melhores resultados econômicos.”

Agência Brasil, 06/05/14

MST faz marcha na Grande São Paulo para cobrar reforma agrária

Elaine Patricia Cruz - Repórter da Agência Brasil Edição: Davi Oliveira

Na manhã de hoje (6), manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) iniciaram uma marcha para cobrar a aceleração da reforma agrária no país. A marcha teve início às 7h da manhã em Itapevi, na Grande São Paulo e o destino é a capital paulista, onde os manifestantes devem chegar amanhã cedo (7). A Polícia Militar informou à *Agência Brasil* que a marcha foi pacífica e reuniu cerca de 400 manifestantes.

Segundo o MST, a marcha reuniu cerca de mil sem-terra e é parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, que teve início no dia 28 de abril e se encerra no dia 10 de maio. Na quinta-feira e na sexta-feira, o movimento deve realizar uma série de ações na capital paulista, ainda não divulgadas.

Neste momento, os sem-terra já chegaram à cidade de Osasco, onde permanecerão até amanhã. Em Osasco, segundo a assessoria do movimento, os manifestantes vão dormir em um ginásio da prefeitura.

Antes de chegarem a Osasco, os manifestantes passaram também pela cidade de Jandira, onde fizeram um protesto contra a prefeitura local por não ter disponibilizado ainda infraestrutura adequada para uma área chamada de comuna urbana, onde vivem alguns sem-terra. Segundo o MST, após o ato, os manifestantes conseguiram agendar uma reunião com o prefeito Geraldo Teotônio da Silva para amanhã cedo.

Organizado por Ernesto Germano